

Entre conquistas e frustrações: a ação coletiva em associações rurais em Capitão Poço (PA) entre 1960 e 2022 na Amazônia Oriental*

Between success and frustration: collective actions by rural associations in Capitão Poço, Pará, between 1960 and 2022 in the Eastern Amazon, Brazil

Dalva Maria da Mota**

Roselany de Oliveira Correa***

Heribert Schmitz****

Palavras-chave:

Agricultores familiares

Associações comunitárias

Nordeste Paraense

Resumo: A ação coletiva em associações rurais de agricultores familiares é fundamental para a representação, a sociabilidade e o acesso a políticas públicas. Simultaneamente, é um desafio com dificuldades que resultam em experiências muitas vezes frustradas. O objetivo do artigo é analisar a ação coletiva de agricultores familiares em associações rurais no município de Capitão Poço no Nordeste Paraense, Amazônia Oriental. A abordagem, qualitativa e quantitativa, contou com o levantamento de dados secundários e primários em entrevistas históricas, abertas e semiestruturadas sobre associações ativas e inativas. A conclusão geral é que a dinâmica e a longevidade das associações se alicerçam em atividades concretas, duradouras, com uma carga de trabalho plausível para os associados e com regras claras quanto às obrigações e aos direitos em ações que vão além da produção e da comercialização, mas que também lhes garantem divertimento, alegria e espiritualidade.

Keywords:

Family farmers

Community associations

Northeastern Pará

Abstract: Collective action in rural associations formed by members of family farmers is fundamental for representation, sociability, and access to benefits provided through public policies. Oftentimes, however, the challenges presented by collective action are difficult to surmount, with the result being failed attempts at collective organization. The objective of the article is to analyze the collective action of family farmers in active and inactive rural associations in the municipality of Capitão Poço in the Northeast of Pará, Eastern Amazon. The qualitative and quantitative approach included secondary and primary data collection with open and semi-structured historical interviews and observations. The general conclusion is that the dynamics and longevity of associations are based on concrete, long-lasting activities with plausible workload for members, with clear rules regarding obligations and rights in actions that go beyond production and commercialization, but which also guarantee fun, joy and spirituality among the association members.

Recebido em 19 de janeiro de 2025. Aprovado em 23 de junho de 2025.

* Pesquisa financiada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Doutorado em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA), Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: dalva.mota@embrapa.br.

*** Doutorado em Ciência Animal e Pastagens, Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA). E-mail: roselany.correa@embrapa.br.

**** Doutorado em Sociologia Rural, Professor Titular de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de.

Introdução

O artigo trata da ação coletiva de agricultores familiares em Capitão Poço, Pará. O interesse pelo tema nasceu da escuta de sucessivas afirmações de agricultores¹ segundo as quais o associativismo é “muito difícil” no município, em que cerca de dois terços das associações fundadas são ativas e as demais, inativas. Por outro lado, Carvalho (1998), num dos raros estudos que tratam do associativismo em Capitão Poço, atesta a sua baixa influência nos processos de mudança técnica. Essa constatação leva à hipótese de que laços de parentesco e afinidades proporcionam longevidade às associações e maior dinamismo numa região de fronteira, que data do segundo ciclo da borracha. De fato, entre 1940 e 1950, quando os migrantes chegaram ao município, tiveram no parentesco a principal rede de apoio para ali se estabelecerem.

Estudos no Pará têm analisado tanto associações quanto cooperativas rurais, ambas expressões da ação coletiva, compreendida como “[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns” (Tilly, 1981, p. 17)². Reis (2002) analisou duas associações e uma cooperativa e enfatizou as dificuldades enfrentadas pelo associativismo por não conseguir atender necessidades individuais e imediatas e pela complexidade de gestão exigida. Com base na percepção de dirigentes de 43 associações no Nordeste Paraense e na ilha do Marajó, Maneschy, Conceição e Maia (2010, p. 156) constataram que existe “[...] artificialismo em sua constituição, conforme as queixas generalizadas dos líderes de que os sócios eram ausentes ou pouco atuantes” e que “[...] as associações muitas vezes não passavam de grupos formais”. Observando a persistência de uma associação na comunidade Santa Ana, em Mãe do Rio, Schmitz, Mota e Sousa (2017) concluíram que a ação coletiva assume diferentes formatos, a depender da existência ou não de relações de reciprocidade entre os participantes das organizações. Silva *et al.* (2019) analisaram o associativismo no assentamento da ilha Pracaxi, no arquipélago de Marajó, no município de Breves, Pará, e verificaram que o propósito para participar de uma associação foi a melhoria de vida. Mesmo que a

participação fosse razoável, os associados consideravam que a associação não atendia às suas expectativas, especialmente pela falta de apoio público.

Nos diferentes estudos, os autores ressaltam que a prevalência dos interesses individuais sobre os coletivos, a baixa participação, o pouco interesse e a falta de confiança mútua minam a iniciativa. Em contraste, a participação dos associados nos espaços de decisão, a confiança e a relação de poder equilibrada facilitam a persistência das organizações.

De modo geral, as associações promovem a socialização e têm potencial para impulsionar transformações sociais e o desenvolvimento econômico, além de fomentar estruturas de pertencimento e de identidade cultural (Lüchmann, 2014). A partir de diferentes estudos, Lüchmann (2014, p. 160) afirma: “[...] entre outras contribuições, as associações permitiriam ampliar os domínios das práticas democráticas para diversas esferas da vida social, constituindo meios alternativos para dar voz aos desfavorecidos em função das condições desiguais de distribuição de dinheiro e poder”.

Aplicadas as virtudes das associações a um contexto histórico específico, cabe ressaltar a associação como uma forma de ação coletiva, “um fenômeno concreto”, e o associativismo como a “disposição ou o espírito que teoricamente a anima” (Hébette, 2010, p. 64) e que se expressa em grupos de interesse para fins específicos, como ter acesso a políticas públicas, administrar bens comuns, praticar o manejo florestal comunitário, entre outros. Todas essas ações dependem da cooperação, da mobilização e da participação ativa em tempos diferentes, segundo o propósito, mas agregados em torno de ações que exigem gestão e lideranças. Portanto, a existência de um objetivo comum não é suficiente para que a ação coletiva ocorra, pois ela exige a ação conjunta dos interessados nesse objetivo. Entretanto, desde Olson (1998 [1965]), não é evidente que essa ação coletiva aconteça. Com efeito, para que os participantes se engajem, é necessário ter elementos estruturantes, como a reciprocidade (Ostrom, 2010; Schmitz; Mota; Sousa, 2017).

Considerando o debate, o objetivo do artigo é analisar a ação coletiva em associações rurais de agricultores familiares no município de Capitão

Poço para compreender as suas dinâmicas e explicar as diferenças quanto à longevidade. Parte-se do princípio de que as associações constituem organizações fundamentais para a representação e a defesa de grupos socialmente desfavorecidos, principalmente em contexto de concorrência com o agronegócio³, de emergência climática com a redução de chuvas e o aumento de temperatura e de poucos recursos públicos.

Metodologia

Capitão Poço, situado na mesorregião do Nordeste Paraense, na microrregião do Guamá, foi elevado à categoria de município em dezembro de 1961. A história do município está vinculada ao processo do chamado avanço das frentes pioneiras, implementado pelo Governo Federal, que resultou na atração de migrantes de outras partes do país para o território paraense. Inicialmente a área do município foi explorada por madeireiros; em 1945, 15 famílias nordestinas aí fizeram as primeiras roças (Capitão Poço, 2024).

A trajetória do município é marcada pela agricultura de culturas alimentares e comerciais, destacando-se a contínua produção de mandioca e a introdução da laranja em 1977 para explorar o microclima da região⁴. Diferentes culturas tiveram seu auge, como feijão, malva, pimenta-do-reino, algodão, maracujá etc. Atualmente, Capitão Poço é o maior produtor de laranja e o 24º de mandioca do Pará (IBGE, 2023).

Esta pesquisa foi realizada em 2023 em 19 associações situadas em 19 vilas de Capitão Poço, selecionadas segundo informações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e de entrevistados. A abordagem do estudo mesclou princípios da pesquisa qualitativa e da quantitativa com levantamento de dados primários e secundários. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas históricas e com formulários com questões abertas e fechadas com 45 pessoas, das quais 27 fazem parte de associações ativas e 18 pertenceram a associações inativas no momento da pesquisa. Do total, 14 são ou foram dirigentes, 18 são ou foram sócios e 13 nunca foram associados. Dois técnicos, duas lideranças sindicais e três pessoas

que conhecem a história do município foram entrevistadas. As entrevistas foram realizadas em diferentes espaços (residência dos entrevistados, escritório de instituições e sede de associações), indicados pelos entrevistados. As principais questões abordadas foram: características do entrevistado e da comunidade, histórico e situação legal atual da associação, estrutura e funcionamento da associação, participação dos sócios, financiamentos, realizações, problemas, dificuldades, avaliação das gestões e projetos futuros.

Um total de 52 pessoas fizeram parte da pesquisa, 69% são homens e 31% são mulheres com idades que variam de 20 a 80 anos, predominando a faixa etária de 50 a 60 anos. Quanto à escolaridade, 44% dos entrevistados cursaram o ensino fundamental, 39%, o ensino médio completo e 17%, o ensino superior. A maioria dos entrevistados (79%) autorreconhece-se como agricultores, 9%, como técnicos, 4%, como professores e os demais, como agente de saúde, apicultor, autônomo, motorista, pescador e secretário.

Os dados foram sistematizados em planilha Excel 2020. Para efeito de análise, contrastaram-se dados e informações das associações ativas e inativas à luz da literatura sobre ação coletiva, mais especificamente, sobre o associativismo. Em termos teóricos, o artigo confirma a adequação do conceito de ação coletiva para analisar dinâmicas de grupos sociais sujeitos a vulnerabilidades históricas e, mais recentemente, alcançados pela emergência climática, mas não consegue explicar relações intrincadas e persistentes de reciprocidade entre parentes e vizinhos independentemente de formalidades associativas.

Ação coletiva e associações rurais em Capitão Poço

A ação coletiva pode ser compreendida como o esforço de um conjunto de pessoas para atingir um objetivo comum. Para Cattani (2011, p. 15), “ação coletiva designa toda espécie de ato concertado por grupos ou categorias sociais visando alcançar um fim determinado”. Segundo o autor, a ação coletiva inclui a possibilidade de um poder de decisão e a capacidade de agir.

Por um lado, a ação coletiva visa resolver uma causa pontual; para isso, não requer a existência anterior de uma união profunda, de uma confiança ou de um alinhamento ideológico entre os participantes. Por outro lado, pode haver uma cooperação de longo prazo, como em uma empresa, que reúne pessoas com interesses diferentes e até divergentes. Em muitos casos, a cooperação pode ser considerada como um sinônimo da ação coletiva, especialmente quando se trata de ações coletivas duradouras. Podemos identificar ações coletivas que são resultado de uma mobilização espontânea ou seguem regras consuetudinárias, sem dispor de um centro de decisão ou de uma fonte visível de iniciativa, e outras que precisam mais do poder como força estruturante (Crozier; Friedberg, 1977).

A ação coletiva em associações rurais em Capitão Poço não é um tema diretamente abordado nos estudos revisados que tratam da frente pioneira caracterizada pela chegada de migrantes nordestinos expulsos pela seca e de paraenses na sobrevivência do ciclo da borracha (1942-1945) em busca de novas oportunidades onde sabiam que “tinha terra”.

Com base na literatura e nos relatos de entrevistados sobre as dinâmicas de ocupação, foi possível delinear quatro momentos em que a ação coletiva é evidente. No entanto, as associações só foram fundadas a partir dos anos 80 do século XX sob diferentes formatos e incentivos.

No primeiro momento, nas décadas de 40 e 50, nordestinos que fugiam da seca (1941-1944) e da saturação da ocupação na microrregião Bragantina instalaram-se em uma grande gleba particular na colônia de Capitão Poço na microrregião do Guamá. Sob a intervenção política do município de Ourém, a iniciativa reflete uma forte relação entre o processo de colonização e a política eleitoral local (Sawyer, 1979). A memória oral registra que, na gleba onde se instalaram os migrantes, quase não havia paraenses; quando chegaram, os nordestinos viviam “apenas de trabalhos na roça, as maiores produções sempre eram farinha, feijão, arroz, muita malva e mandioca” (J. A. de L., 59 anos, agricultor, Igarapé Grande). Rebello e Homma (2017) também citam fumo, algodão e milho.

Em processo de aprendizado para lidar com a floresta e com o desafio de fazer roças, as famílias uniam-se em mutirão para viabilizar essas tarefas.

Assim, lançaram as primeiras experiências de ação coletiva, reunindo-se para alcançar objetivos comuns, como ensina Tilly (1981). Com a chegada de imigrantes nordestinos, o extrativismo, atividade predominante entre os nativos, cedeu lugar à produção agrícola orientada para o mercado (Costa, 2000). As iniciativas para superar limites e a disposição para inovar, reduzindo a agricultura de “corte e queima” e investindo na diversificação de culturas permanentes e temporárias, foram diferenciais importantes para a permanência no município sem qualquer apoio de agentes públicos (assistência técnica e pesquisa) (Carvalho, 1998).

Num segundo momento, entre as décadas de 60 e 70, com uma agricultura caracterizada por roças e culturas comerciais, as iniciativas de ação coletiva para as famílias contaram com o suporte do trabalho evangelizador da prelazia de Bragança por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que organizavam aulas radiofônicas e incentivavam o trabalho coletivo com clubes agrícolas e clubes de mães. Revela um entrevistado: “Bom, na época, a Igreja Católica, ela ajudou bastante porque ela fazia as palestras incentivando o pessoal fazer parte da cooperativa ou da associação. Que tinha um padre aí que adotava essa política da organização para produzir” (V. O. A., 61 anos, técnico agrícola e professor). “A associação era para desenvolver a comunidade apoiada pelas CEBs, a gente fazia mutirão e trabalho coletivo” (J. I. R. S, 67 anos, agricultor, ex-dirigente da associação inativa Igarapé Grande).

Foi um momento marcado pela ditadura militar e caracterizado pela compra e venda de terras nas áreas de expansão rodoviária, o que atraiu migrantes das regiões Sudeste e Centro-Oeste e causou ocupações desordenadas com grilagem e intensa violência no campo (Costa, 2000; Meyer *et al.*, 2013). Paralelamente, surgiram as primeiras iniciativas de crédito de fomento para atividades rurais por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, o que proporcionou liberalidade a pessoas jurídicas, isenção de taxas e impostos para atividades agrícolas e pecuárias, para importação de máquinas e equipamentos e para bens doados por entidades estrangeiras (Sudam, 2024). A fruticultura local recebeu incentivos, atraindo empreendimentos

empresariais (Sococo, Agrisal) para a produção de maracujá, caju, coco e mamão. Também se destaca a produção de laranja e de pimenta-do-reino (Costa, 2000).

A organização social para a regularização fundiária e os investimentos na produção tornaram-se importantes para o acesso a serviços. Em 1974, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais⁵ (Carvalho, 2000). Por sua vez, as CEBs valorizaram ações coletivas e a formação de lideranças nas comunidades, à semelhança do que ocorreu em Cametá, Igarapé-Miri e Tomé-Açu (Almeida, 2010; Leão, 2023; Maués, 2010; Moraes; Schmitz, 2023). Assim, clubes agrícolas e de mães tiveram dinamismo, mas não se registra a formalização de nenhuma associação.

No terceiro momento, já nas décadas de 80 e 90, a agricultura familiar sofreu grande transformação em Capitão Poço porque integrou culturas permanentes, culturas temporárias e pastagens em detrimento da prática tradicional de “corte e queima” (Costa, 2000). Essa mudança no modo de produzir foi atribuída à disposição dos agricultores para a inovação e à capacidade de arregimentação da força de trabalho de familiares (principalmente), em detrimento da contratação de mão de obra externa (Costa, 2000, p. 51). Segundo entrevistados, teve importância na transformação a ação coletiva por meio de um arranjo entre a Igreja católica, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e a organização não governamental (ONG) italiana Manitesse no Projeto Lamparina. Foi estabelecida uma área agrícola experimental de 25 ha para treinamento e socialização de experiências:

E lá a gente fazia as demonstrações, os plantios, as palestras, a formação, de lá foi que começou a ideia de trabalhar apicultura, que em Capitão Poço não tinha apicultura, aí lá nós fazíamos caixa de abelha, tinha uma carpintaria lá dentro, pessoas que trabalhavam. A gente produzia as mudas de laranja, distribuía para os agricultores que eles tinham vontade de plantar, mas não tinham condição de comprar (V. O. A., 61 anos, técnico agrícola).

Com diferentes iniciativas, mas tendo como base a ideia de que “o primeiro passo era ensinar a

produzir”, o Lamparina investiu na comercialização e instalou uma loja tipo supermercado com o básico para os agricultores que ali vendiam e compravam. Paralelamente, a Emater tinha um trabalho de mobilização para apoiar o associativismo com uma rotina de reuniões e treinamentos. O incentivo gerado pelas diferentes iniciativas resultou na formalização de oito associações, e o Projeto Lamparina atuou como uma espécie de central de associações⁶.

Esse momento foi marcado pelo processo de democratização, e a Constituição de 1988 proporcionou maior permeabilidade do Estado às demandas sociais e favoreceu a criação de espaços de participação social que potencializaram a formulação de políticas públicas específicas e o acesso a elas (Grisa *et al.*, 2022)⁷.

Apesar das oportunidades de apoio externo para investimento nos empreendimentos, Carvalho (2000, p. 81) relata que 85% dos investimentos realizados por agricultores familiares de Capitão Poço na época não dispuseram de qualquer financiamento. As culturas de destaque nos anos 80 foram maracujá, laranja e mandioca. Houve um declínio da pimenta-do-reino em decorrência da fusariose em 1990.

O quarto momento, do início dos anos 2000 até 2023, pode ser dividido em duas fases – de 2000 a 2015 e de 2016 a 2022 – em decorrência da profundidade das transformações políticas. Na primeira fase, estratégias para a superação da pobreza e o desenvolvimento sustentável para agricultores familiares intensificaram-se por meio do Pronaf, do Bolsa Família, da criação de Territórios da Cidadania, entre outras (Lago *et al.*, 2014). Foram fundadas 11 associações. A intervenção política e a opção pelo financiamento de projetos coletivos como meio para viabilizar o acesso ao crédito estimularam a criação de mais associações do que nos momentos anteriores.

Diferentes processos marcaram a formação de associações em Capitão Poço. Afirmou um entrevistado: “Os políticos entre si se organizaram para criar associação. Então eles faziam associação porque o banco só ia financiar aquele povo que estava na associação. Era associação, era do deputado tal” (V. O. A., 61 anos, técnico agrícola, professor).

Para além dos políticos, iniciativas também brotaram nas próprias comunidades incentivadas por políticas públicas, por lideranças de movimentos sociais ou por técnicos de instituições, como mostram os depoimentos:

Ele [uma liderança do MST] disse também que, quando a gente vai lá fora nos órgãos, eles perguntam se tem associação, então tínhamos que formar a associação para representar a gente, aí foi que fomos nos organizar, procurar presidente, tesoureiro, secretário, e aí que na primeira diretoria, eu fui a vice, depois foi um outro rapaz (R. S., 54 anos, agricultora, associação ativa, assentamento Carlos Lamarca).

A fundação da Amel foi por conta da necessidade de participar desses programas do governo, programas institucionais como o PAA e o Pnae, a gente precisou se organizar e foi fundada a associação (M. M. A, 44 anos, agricultor e dirigente de associação ativa, Capitão Poço).

Entrou a Emater para apoiar a gente com o negócio da água [encanada] (M. E. dos S. Mota, 73 anos, dirigente da associação inativa São Pedro do Induá).

A segunda fase desse período, de 2016 a 2022, no entanto, é marcada pela desconstrução de políticas públicas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), pela prioridade dada ao agronegócio e pela desagregação social (Grisa *et al.*, 2022). Foram negligenciados os agricultores familiares que persistiram produzindo laranja, mandioca, maracujá, coco e pimenta-do-reino em Capitão Poço. Os efeitos da ausência de apoio, perceptíveis durante o trabalho de campo, acentuaram as ações pela garantia da reprodução social dos agricultores familiares locais, que, simultaneamente, expressam resistência e desconfiança em relação a propostas que preveem ações coletivas. Consequentemente, nenhuma associação foi fundada.

Como balanço, avalia-se que os quatro momentos têm como característica central a estratégia de persistência da família no estabelecimento, modulada por diferentes arranjos de produção, ação coletiva e organização social.

Inicialmente, houve a necessidade de ocupação e de delimitação do território sob o incentivo de uma ação local entre os que viviam ali, portanto, “[...] uma forma muito livre de ser-juntos com vistas à satisfação de interesses comuns” (Hébette, 2010, p. 64). Posteriormente, entretanto, as famílias contaram com uma força evangelizadora que, imbuída de propósitos como união e reciprocidade, incutiu-lhes certas dinâmicas ritualísticas para que gradativamente assumissem a formalidade imposta pelas instituições para o acesso a benefícios públicos. Com isso, houve perda da liberdade nas suas relações com os parceiros em razão de inúmeros regulamentos (Hébette, 2010). No último momento, os desafios impostos pelo desmantelamento de políticas públicas e pelo aprovisionamento das famílias interpuseram-se, e sete das 19 associações pesquisadas tornaram-se inativas.

As associações em Capitão Poço: razões para começar, desistir ou persistir

Nas narrativas dos entrevistados, a palavra “associação” corresponde a algo positivo, uma organização que realiza ações para uma comunidade ou para grupos de interessados, tem uma rotina, conquista vantagens, mas é vulnerável. Em outra perspectiva, é relacionada à frustração e ao excesso de trabalho. Como para Hébette (2010), para nós, a palavra “associação” tem diversos usos, podendo referir-se tanto a fatos concretos quanto a um conceito abstrato:

Como realidade concreta, a palavra assume uma grande variedade de sentidos que correspondem a formas de cooperação e de processos sociais marcados por maior ou menor grau de compromisso mútuo. Como “associação de pessoas”, elas são compostas por uma reunião mais ou menos estável e mais ou menos organizada de pessoas voltadas para algum interesse prático comum (Hébette, 2010, p. 53).

Para o caso em estudo, além das características apontadas pelo autor, a questão legal tem papel central. Assim, das 19 associações envolvidas na pesquisa, 12 estão ativas e sete, inativas. Por ativas,

qualificamos aquelas que têm os “documentos em dia”, uma diretoria constituída e uma certa rotina com diferentes ações (religiosas, produtivas, lazer etc.). Inativas são aquelas cujos “documentos não estão em dia” e que encerraram as suas atividades por diferentes motivos, como dívidas, desistência da diretoria ou incapacidade de alcançar o propósito para o qual foi fundada. As inativas, porém, a qualquer momento podem retomar a condição legal, como ocorreu com duas associações.

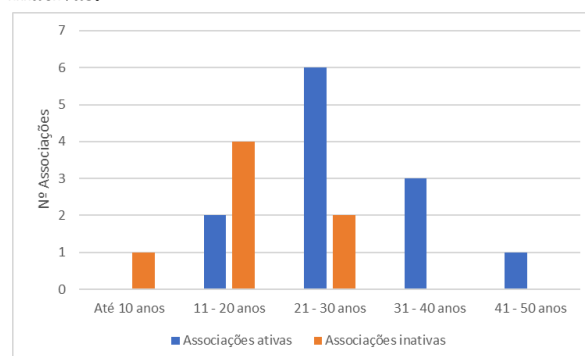
Mesmo que a ação coletiva remonte às décadas de 40 e 50 em Capitão Poço, o advento de associações formalizadas ocorreu entre os anos 80 e 2000. Foram criadas 19 associações, e sete encerraram suas atividades entre 2000 e 2019. No período de 1991 a 2010, as associações atingiram seu auge, com 69% fundadas em decorrência do apelo de políticas públicas como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Pronaf. Nesse período, parte dos agricultores acumulavam experiências de ação coletiva incentivadas pelas CEBs, pelo Projeto Lamparina e pela Emater. Portanto, tiveram mais facilidades para a mobilização e com os trâmites burocráticos.

Quanto aos propósitos de fundação das associações, não foram identificadas diferenças substanciais entre as associações ativas e as inativas. Em termos de tendência, as ativas aliaram mais frequentemente demandas pontuais, como infraestrutura (estrada, água encanada, acesso a uma política pública e energia elétrica), a demandas estruturais, como acesso à terra, regularização fundiária, apoio à produção e comercialização. Além disso, destaca-se a representação legal do grupo nas instituições, como mostram os depoimentos: “A associação era para desenvolver a comunidade apoiada pelas CEBs, a gente já fazia mutirão e trabalho coletivo” (J. I. R. S, 67 anos, agricultor, dirigente da associação inativa Igarapé Grande). “Já a Amel, nós criamos com o objetivo de vender mel, nós estávamos com dificuldade de vender, nos juntamos para fazer, montar uma casa de mel fazer certificação” (M. A. S., 47 anos, apicultor e agricultor, presidente da Associação dos Apicultores e Apicultoras do Município de Capitão Poço (Amel)). No caso das associações inativas, observou-se com mais frequência um propósito específico para atender a uma necessidade

emergencial do grupo, como o crédito, um trator, a água encanada, a irrigação ou o acesso a determinadas políticas públicas, como explicam os entrevistados: “Porque naquela época, o fim dela foi criado para isso, para ajudar na regularização da área, né? Porque pela associação às vezes se torna mais rápido, não é?” (I. S. N., 34 anos, agricultora, dirigente da associação ativa Acapul). “Entrou a Emater para apoiar a gente com o negócio da água [encanada] (M. E. dos S. Mota, 73 anos, ex-dirigente da associação inativa São Pedro do Induá).

Praticamente não há diferenças nas razões mencionadas pelos entrevistados para a fundação das associações, mas é visível a diferença entre as associações ativas e inativas quanto à longevidade (Gráfico 1), assim como a articulação entre ações pontuais e estruturais (Gráfico 2) que influíram na longevidade.

Gráfico 1 – Longevidade das associações ativas e inativas.



Fonte: Pesquisa de campo em 2023.

Em se tratando do encerramento das associações inativas, as razões gerais apontadas pelos entrevistados foram o desencontro entre a liberdade e as formalidades e a falta de benefícios. Mais especificamente, três razões destacaram-se: divergências de ideias e falta de confiança entre associados e diretoria (42%); desproporcionalidade entre o incentivo financeiro e o investimento de tempo e os resultados obtidos (42%); deterioração da sede e de equipamentos de uso comum (8%); gestão insatisfatória pela falta de preparo e envelhecimento dos dirigentes (8%).

Nos depoimentos de entrevistados tanto sobre as associações ativas quanto sobre as inativas, há a ideia de que as associações dependem também de uma pessoa “abnegada” para mobilizar e manter o

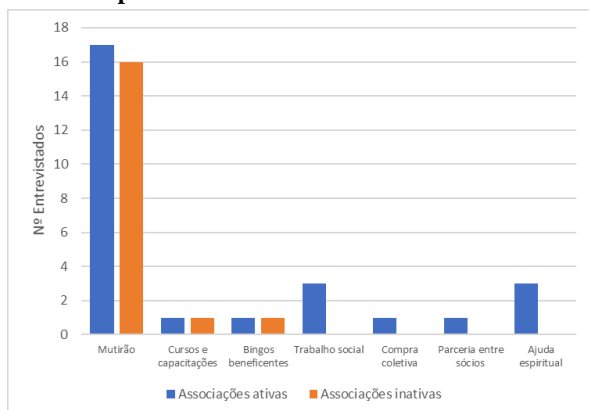
dinamismo necessário para a ação coletiva, como também para superar as dificuldades burocráticas e os processos considerados complexos para garantir a legalidade. Não há dúvida de que as dinâmicas das associações são diferentes, mas na prática:

[...] esta modalidade se tornou muito ambígua na sua aplicação: se, internamente, as associações formais, como tais, são dotadas de grande liberdade, tanto nos seus processos de criação, quanto na sua forma de funcionamento, elas perdem esta mesma liberdade em muitos de seus usos nas suas relações externas, principalmente com os seus “parceiros” [...] que não deixam de tutelar mediante seus regulamentos (Hébette, 2010, p. 64).

A tutela é posta em prática em razão das exigências burocráticas quanto a estruturas e funcionamento, mas também em razão da dinâmica imposta às diretorias no desenvolvimento de ações financiadas por meio de reuniões, apresentações para exibição de resultados, entre outros requisitos.

Os dados mostram que a longevidade das associações tem relação com a maior dinâmica da ação coletiva e o envolvimento dos associados em atividades de produção, comercialização e lazer, entre outras, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Atividades realizadas pelas associações durante o período de funcionamento.



Fonte: Pesquisa de campo em 2023.

Como se pode observar, as associações ativas mantêm um elenco mais diversificado de ações coletivas que variam entre apoio à produção, comercialização, trabalho social e lazer e organizam mutirões em áreas de terra da associação, os chamados mutirões “em benefício comum”

(Schmitz; Mota; Sousa, 2017, p. 211). Diferentemente, as associações inativas, quando em funcionamento, mantinham menor diversidade de ação coletiva porque estavam mais centradas em propósitos específicos.

Todos os entrevistados destacam a grande importância de mutirões, que ocorrem independentemente do associativismo: “Quando tem uma necessidade para o pobre, em caso de doença, faz mutirão, junta na roça dele capinar ou colher” (R. P. S., 74 anos, agricultor, associado Açaiteua), o que pode ser caracterizado como “mutirão unilateral” (Schmitz; Mota; Sousa, 2017, p. 213).

Para os entrevistados, as razões para pertencer ou não a uma associação variam entre experiências pessoais positivas, descrédito no associativismo ou alcance do objetivo. Dizem os participantes de associações ativas: “É bom ter uma associação para que fosse se organizando para haver uma melhora para as famílias” (J. A. A. N., 55 anos, dirigente de associação, Barro Vermelho); “A Amel foi por conta da necessidade de participar desses programas do governo, programas institucionais como o PAA e o Pnae, a gente precisou se organizar e foi fundada a associação” (M. M. A, 44 anos, agricultor e dirigente de associação ativa, Capitão Poço).

Os entrevistados de associações inativas afirmam: “Aí eu vi que o negócio de sociedade não dá. Nem com a própria família da gente eu acredito que não dá. Não dá, não dá, não dá” (E. S. R., 57 anos, piscicultor e comerciante, não associado); “A associação acabou sabe por quê? É porque cada qual ganhou a terra e já foi cuidar de fazer o seu” (A. G. O., 80 anos, agricultor, ex-associado e ex-dirigente da associação São Pedro do Induá); “Acho que eles queriam que a gente progredisse de uma hora para a outra, querem dinheiro” (A. A. S., 59 anos, agricultor, dirigente da associação Igarapé Grande). Para o primeiro, o associativismo foi decepcionante por um desentendimento entre os sócios. Para o segundo, mesmo a associação tendo sido desativada, ela cumpriu o propósito, que foi o acesso à terra. Para o terceiro, o imediatismo justifica as desistências. A heterogeneidade mostra diferentes propósitos, que podem ser duradouros ou não, mas também diferentes experiências associadas ou não à frustração.

No geral, 50% dos entrevistados já tinham experiência com associações e 50% nunca tinham participado. Das associações ativas, 75% tiveram financiamento, já nas inativas somente 29%, situação que interfere na manutenção das atividades. Quanto à relação com instituições, 91% dos membros das associações ativas mantinham algum tipo de contato, enquanto somente 14% das inativas o mantiveram quando em funcionamento (especialmente com a Emater). Maior volume de financiamento e relacionamento mais intenso com as instituições sugerem uma diferença importante na persistência das associações.

O que mantém as associações ativas: encargos, atividades diversas e benefícios claros

As associações ativas, muito embora tuteladas por um mesmo regime legal, incorporam uma diversidade de práticas no dia a dia segundo os seus históricos com a ação coletiva, os contextos e as relações sociais e políticas que dirigentes e associados estabelecem nas vilas e com o entorno.

Cinco exemplos de associações ativas: originalidades e diferenças

Importa citar cinco exemplos de associações ativas: Associação do Piri, Associação da Nova Colônia, Associação do Barro Vermelho, Associação de Igarapé Grande e Amel.

A **Associação do Piri** foi fundada em 1988, quando agricultores se juntaram e compraram uma área de terra com o propósito de fazer um trabalho coletivo para garantir a aposentadoria no futuro. A associação tem uma sede, uma casa de farinha (que pode ser usada por toda a comunidade), um galpão e um trator que alugam e usam (uma doação recebida por meio de emenda parlamentar). O lote é plantado com laranja, que é comercializada em diferentes canais na vila ou em Capitão Poço. A associação tem 22 associados e uma associada, todos da mesma família. Mantêm um mutirão semanal com três horas de trabalho coletivo (o valor do trabalho é calculado em 20 reais). Todo o recurso da produção

é reinvestido; do que resta, é descontada a anuidade, e o saldo é dividido entre os associados segundo a quantidade de trabalho investida no mutirão. A associação é muito amparada em relações de parentesco, as reuniões ocorrem de três em três meses. Quase não há contato com instituições, muito embora no passado os associados tenham tido relação com o Banco da Amazônia S. A. (Basa) e a Emater. O projeto futuro é ampliar o número de sócios e ter alguma ação com as mulheres.

A **Associação da Nova Colônia** foi fundada em 1988 com o propósito de instalar energia elétrica e comprar implementos agrícolas. Também obteve água encanada e uma área onde os associados plantam laranja, que é vendida em Capitão Poço. Há um plantio de copaíba, andiroba e castanha-do-pará, uma sede e dois tratores (um recebido por meio de emenda parlamentar e um financiado). Os tratores prestam serviço para os associados pela metade do preço do mercado. Os sócios participam de um mutirão de quatro horas por mês; se perderem, pagam uma multa. Quem quer ser sócio participa de todos os mutirões durante um ano e adquire o direito. A associação tem aproximadamente 35 sócios, com três mulheres. Um fundo de reserva serve para ajudar os associados em caso de doença e distribuir um bônus no final do ano. As reuniões são mensais e às vezes encampam uma demanda da comunidade como um todo, como a energia da Equatorial. O projeto futuro é renovar o laranjal. A associação, que mantém uma longa relação com a Emater, promove uma confraternização para os associados no final do ano.

A **Associação do Barro Vermelho** foi fundada em 1988 com o incentivo da Igreja católica para melhorar a vida das famílias. Os membros “apossaram-se” de um terreno e começaram a plantar. Com recursos internacionais, fizeram uma sede e, com uma doação por emenda parlamentar, compraram um trator equipado com grade e roçadeira. À parte, o STTR deu apoio, fornecendo os documentos, e a Emater, por meio do Banco do Brasil, concedeu empréstimo a todas as famílias. Na época, eram 26 pessoas, mas surgiu um conflito pela terra com uma mulher e ficaram somente 15; restam apenas 13, todos homens. Os mutirões seguem uma vez por semana na área coletiva de 75 hectares plantada com pimenta e laranja e com área de

reserva. Os recursos da venda dos produtos mantêm a associação, e o saldo é dividido entre os associados no final do ano. Cada associado tem uma área individual. As reuniões ocorrem no final do ano, assim como a confraternização. Os associados aprenderam muito no Projeto Lamparina e mantêm contato com a Emater e universidades, especialmente para tratar de questões técnicas, assim como com uma associação de Carrapatinho, também em Capitão Poço. Os filhos de associados têm direito a um “chão” para construir uma casa para residir. Têm como projeto a aquisição de um veículo.

Em **Igarapé Grande**, a associação tem uma longa história: foi fundada nos anos 80, sob influência das CEBs e com um terreno coletivo. Teve recursos do FNO para criação de gado, mas a atividade não deu certo. Funcionou até 2014, ficou inativa e foi reativada em 2022 para facilitar o acesso a políticas públicas e a crédito. As principais ações iniciais foram a energia e o sistema de água. É uma associação sem fins lucrativos. Quando a diretoria propôs buscar crédito, os 52 associados retiraram-se e ficaram somente as nove pessoas da diretoria. A principal ação foi o plantio de árvores, a madeira e a preservação de capoeira em uma ação em parceria com a Embrapa. A diretoria é formada por oito homens e uma mulher que aguardam um projeto para manejar a floresta plantada. Enquanto isso, realizam mutirão semanalmente para limpar a área. Também participam da festividade de São Benedito.

A **Amel** é uma associação com sede em Capitão Poço exclusivamente voltada para a venda de mel. Fundada em 2000, tem muitas participações em conselhos e parcerias com instituições como o STTR, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Conselho de Alimentação Escolar. Possui um terreno e um prédio para beneficiamento do mel que está em construção, além de máquinas para o beneficiamento. No prédio, os associados realizam um mutirão quando necessário. A associação tem 20 sócios, muito embora tenha começado com 48, mas a falta de benefício desanimou os participantes. As reuniões ocorrem quando há um projeto específico, mas, em geral, as comunicações ocorrem por via de WhatsApp. Para o futuro, a associação pretende manter a entrega de mel para o PAA e o Pnae. A taxa de contribuição é

representada por dois quilos de mel por mês. O principal problema é a comercialização. As principais parcerias são a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Os associados comunicam-se com outras associações às quais pertencem. A Amel tem uma espécie de militância no que diz respeito à questão ambiental, realizando ações para a regulação do lixo e o controle de agrotóxicos.

Estrutura e funcionamento das associações ativas

No que diz respeito ao número de sócios, às estruturas e dinâmicas, as associações ativas apresentam muitas particularidades. Entre os associados, 100% afirmam que as associações possuem bens: 100% têm uma sede, 67%, terrenos e outros 27%, máquinas. Os bens foram adquiridos por meio de doações em emendas parlamentares ou de financiamentos.

Os entrevistados não sabem ao certo o número de sócios e indicam uma média de 35 participantes. A taxa de contribuição é paga regularmente por 68% dos associados, enquanto 28% oscilam entre pontualidade e atrasos. Existem diferentes formas de pagamento, entre as quais um valor mensal ou anual em dinheiro e dias de trabalho no mutirão (33%).

As reuniões não têm periodicidade fixa e ocorrem quando há necessidade de atender a uma política pública ou demanda do grupo. As reuniões podendo concentrar-se em um mês, mas a associação pode ficar longos períodos sem reunião. Para 65% dos sócios, as reuniões são motivadas por um interesse coletivo; para 35%, por um interesse individual, quando trazem um benefício específico. Diferentemente, algumas associações mantêm a rotina de mutirões em dia e hora definidos há anos.

Os dirigentes da associação são avaliados por 14% dos associados como excelentes; para 43%, como bons, 24%, como razoáveis e 19%, como ruins. Portanto, há uma certa satisfação com o modo de condução das associações. Na sua autoavaliação como associados, os entrevistados foram menos críticos: 19% consideram-se excelentes, 39%, bons, 33%, razoáveis e 10%, “ruins”. No geral, os aspectos

mais críticos são a concentração de benefícios entre os mais próximos dos dirigentes e a falta de comprometimento dos que estão mais distantes, que têm menor participação.

Organização social para a produção e o lazer

As associações têm experiências e propósitos específicos. Em comum, organizam mutirões com regras próprias, penalidades para faltosos e como uma ação coletiva persistente que dá corpo ao associativismo. As intervenções técnicas – disponibilização de máquinas, vantagens financeiras para sócios e preocupação com a questão ambiental – são importantes, assim como as festas para associados e as ações que beneficiam toda a comunidade. As associações mantêm diferentes relações com instituições, a dinâmica de associados é amparada no parentesco e na vizinhança, havendo diferentes regras para ser membro da associação. Todas as associações são formadas quase exclusivamente por homens, que seguem uma certa orientação inicial segundo a qual havia uma demarcação de espaços e atividades para homens e mulheres, vinculada à produção e à reprodução. As associações divergem quanto aos projetos futuros.

Dinâmicas curtas e duradouras e laços externos: chaves da persistência

Nas associações ativas, há uma tradição alicerçada na reciprocidade exercida nos mutirões que constituem um dos alicerces da ação coletiva e datam da constituição das vilas. Em geral, são ações curtas (apoio na área da saúde, apoio a atividades da igreja, construção de açudes para a criação de peixes etc.) e duradouras com variação de intensidade em cada caso (trabalho no terreno da associação, venda sistemática de produtos por meio de política pública ou contratos). Esse sentido de existir permite que, nos eventos das associações ativas, ocorra a participação exclusiva de sócios em 57% dos casos; nos demais casos, sócios participam junto com outras pessoas da comunidade.

Diferentes ações são postas em prática, segundo as possibilidades, os bens e os objetivos da

associação, as ofertas das instituições e as demandas das comunidades. Assim, dinâmicas diárias concretizam-se nos cursos e treinamentos, nas roças com máquinas de arar e nas ações culturais, entre outras. Nas dinâmicas duradouras, destaca-se o trabalho no terreno da associação, a comercialização da produção, a manutenção da infraestrutura e os apoios para a regulamentação fundiária e a aposentadoria.

A coexistência de ações com diferentes temporalidades, que não exigem demasiadamente em termos de dedicação, mantém os associados articulados e potencializa a satisfação. Na base das diferentes dinâmicas, estão os contatos com movimentos sociais, com instituições e prestadores de serviços. Ademais, a participação dos associados em eventos e projetos coloca-os em contato com pesquisadores, técnicos e autoridades, enriquecendo a rede de contatos. Dos entrevistados, 57% afirmam que seus membros participam de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Rede Bragantina e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) que se destacam por oferecer suporte relativo aos direitos e ao acesso a políticas públicas, mas também por favorecer o acesso a informações e a experiências graças ao uso das redes sociais como meio de comunicação para informações e colaboração entre diferentes grupos.

Sobre as instituições, 75% dos filiados relatam que a sua associação mantém comunicação ocasional com a Emater, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Secretaria Municipal de Agricultura (Semagri), a Ufra, o Senar, a Embrapa, a Conab e a Prefeitura Municipal de Capitão Poço (PMCP). Mais especificamente, 50% dos membros das associações ativas estão envolvidos em algum projeto ou uma política pública para a criação de peixes, a produção de mudas ou de casas de farinha.

Do total de associações ativas, 81% tiveram financiamento ao longo da sua existência para suas ações, como venda da laranja e da pimenta, serviço de mecanização e participação em congressos. Os financiamentos ocorreram pelo Basa e pelo Banco do Brasil.

Para além de um universo de relações entre as associações, movimentos sociais e instituições, as

associações também são consideradas espaços de sociabilidade importantes pelos encontros e realizações em comum com diferentes graus de intensidade. Existem aquelas nas quais os eventos comunitários têm mais intensidade e aquelas nas quais os eventos rotineiros sobressaem.

Mesmo com tantas ações, há críticas. Com efeito, 25% dos entrevistados das associações ativas destacam que elas enfrentam a falta de participação nas reuniões e a desistência de sócios que não veem benefícios. Para eles, falta o apoio da comunidade e das instituições para cobrir os gastos da associação, os interesses são somente econômicos e os associados esperam que o presidente faça tudo.

No geral, os entrevistados reconhecem que o contraste entre o incentivo à agricultura familiar e ao associativismo no terceiro momento contrasta com o desmonte de políticas públicas desde o final do quarto momento, com consequências que vão além da ação coletiva. Não obstante, persistem e constroem estratégias para manter uma certa coesão na vida social das comunidades.

Considerações finais

O objetivo do artigo foi analisar a ação coletiva em associações rurais de agricultores familiares no município de Capitão Poço para compreender as suas dinâmicas e explicar as diferenças quanto à longevidade. Trata-se de associações de grupos descendentes de agricultores que migraram predominantemente do Nordeste e que, sem apoio de agentes públicos, apoiaram-se em ações coletivas de ajuda mútua para se estabelecer por meio da agricultura no Pará nos anos 40 do século XX.

Muito embora a ação coletiva tenha sido frequentemente acionada, as associações legalmente formalizadas iniciaram somente nos anos de 80. Elas se assemelham nos propósitos de criação, se diferenciam nas estruturas, na composição e na dinâmica das atividades, assim como nas relações entre os participantes e, conseqüentemente, na longevidade. Houve a persistência de 63% das associações e o encerramento de 37%, considerando-se o universo pesquisado.

O contraste entre as associações ativas e inativas mostrou que, muito embora nos dois grupos tenha havido uma socialização baseada na reciprocidade que marcou o histórico de ambientação por ocasião da chegada dos migrantes à Amazônia, assim como nos princípios difundidos pelas CEBs, os membros das ativas tinham mais experiência com associativismo e tiveram maior acesso a recursos e mais contatos com instituições. Isso reforça a constatação de “[...] que onde há um tecido social ativo, com formas de cooperação anteriores à associação, elas tendem a apresentar um desempenho mais eficaz [...]” (Maneschky; Conceição; Maia, 2010, p. 156).

Para além do tecido social ativo, o contexto influenciou fortemente: mais associações foram fundadas em um momento de incentivo à agricultura familiar e um maior número encerrou suas atividades quando da extinção desses mesmos incentivos entre 2015 e 2020. Em menor proporção, os propósitos de fundação das associações, as divergências de ideias entre os associados, a desproporcionalidade de relações com instituições e a deterioração de bens materiais também influíram na longevidade.

Uma condição-chave para explicar a longevidade e o dinamismo das associações ativas é o modo de organização das atividades coletivas que permitem que os associados sejam recompensados financeiramente pela sua participação, mas sem prejudicar os afazeres no estabelecimento familiar. Por outro lado, a diversidade de iniciativas, com arranjos compostos por atividades sociais, econômicas, de ajuda mútua e de lazer, também motiva os associados e suas famílias e mantém uma sociabilidade que garante o prazer da associação.

Merece atenção a questão dos mutirões, que transcendem a formalidade do associativismo e funcionam como uma ação coletiva amparada na reciprocidade.

Por fim, a nossa hipótese foi parcialmente confirmada porque os laços de vizinhança e de parentesco se mostraram profícuos nas associações, mas a mistura de experiência, diferentes tipos de atividades e resultados revelou-se como o grande diferencial nas associações mais longevas. Assim, a conclusão geral é que a dinâmica e a longevidade das associações se alicerçam em atividades concretas,

duradouras e com uma carga de trabalho plausível para os associados, com regras claras quanto às obrigações e aos direitos em ações que vão além da produção e da comercialização, mas que também garantem divertimento, alegria e espiritualidade. São esses os indícios da longevidade das associações.

Notas

- 1 No decorrer do Ver-o-Peixe, projeto financiado pela Embrapa, desenvolvido com agricultores familiares.
- 2 Todas as traduções de línguas estrangeiras neste artigo foram feitas pelos autores.
- 3 Grisa *et al.* (2022) compreendem o agronegócio como uma categoria política oposta à agricultura familiar e composta de diferentes formas de agriculturas empresariais.
- 4 O precursor dos cultivos de laranja foi o Sr. Antônio Soares Neto, conhecido como Sr. Soares, que teve o apoio da Secretaria de Agricultura do Pará (Sagri) e da Emater. Técnico agrícola com larga experiência na produção de citros em Sergipe, escolheu Capitão Poço para instalar os primeiros cultivos e fez um trabalho de divulgação do potencial da atividade.
- 5 Posteriormente renomeado como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Capitão Poço (STTR).
- 6 As ações foram desaceleradas até a extinção, após o falecimento do italiano Roberto Remigio, seu principal organizador.
- 7 A agricultura familiar foi reconhecida como categoria social, com novas políticas públicas, como o Fundo Constitucional do Norte (FNO), em 1989, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (por meio do Decreto n.º 3.200, de 6 de outubro de 1999) (Lago *et al.*, 2014).

Referências

- ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010.
- CAPITÃO POÇO. Câmara Municipal. **História**. Disponível em: <https://capitaopoco.pa.leg.br/modal/4#indice>. Acesso em: 10 set. 2024.
- CARVALHO, Vânia Regina Vieira de. Dinâmica inovativa entre camponeses do Nordeste do Pará **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, p. 1-43, 1998.
- CARVALHO, Vânia Regina Vieira de. Inovação, diversidade cultural e socialidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Vânia Regina Vieira de; CABRAL, Eugênia Rosa; VILAR, Robson Lopes; INHETVIN, Tomas (ed.). **Agricultura familiar em transformação no Nordeste Paraense: o caso de Capitão Poço**. Belém: NAEA, p. 55-93, 2000.
- CATTANI, Antonio David. Ação coletiva. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, p. 15-19, 2011.
- COSTA, Francisco de Assis. Economia camponesa e dinâmica inovativa: o caso eloquente de Capitão Poço. In: COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Vânia Regina Vieira de; CABRAL, Eugênia Rosa; VILAR, Robson Lopes; INHETVIN, Tomas (ed.). **Agricultura familiar em transformação no Nordeste Paraense: o caso de Capitão Poço**. Belém: NAEA, p. 13-54, 2000.
- CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. **L'acteur et le système**. Paris: Édition du Seuil, 1977.
- GRISA, Catia; SCHMITT, Cláudia Job; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; LEITE, Sergio Pereira; ZIMMERMANN, Silvia; BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022.

HÉBETTE, Jean. Associativismo: um ensaio sobre a sua contextualização histórica. *In*: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; FERREIRA, José Maria Carvalho (org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**: estudos em Portugal, África e Amazônia. Belém: NUMA: UFPA, p. 53-66, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Produção de laranja**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/laranja/pa>. Acesso em: 17 out. 2024.

LAGO, Sandra Mara Stocker; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto; STADUTO, Jefferson Andrônio Raimundo; OLIVEIRA, Homero Fernandes. O processo de construção das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: caminhos e descaminhos. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 3, n. 2, 2014.

LEÃO, Dilma de Oliveira. Igarapé-Miri, PA: de pequenas comunidades eclesiais de base (CEBs) à “capital mundial do açaí”. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 49-77, 2023.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 159-178, 2014.

MANESCHY, Maria Cristina; CONCEIÇÃO; Maria de Fátima Carneiro da; MAIA, Maria Lúcia Sá. Estudo sobre as dinâmicas das associações rurais no Nordeste amazônico. *In*: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, José Maria Carvalho (org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**: estudo em Portugal, África e Amazônia. Belém: NUMA: UFPA, p. 143-168, 2010.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Comunidades “no sentido social da evangelização”: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 13-37, 2010.

MEYER, Gustavo; FAGGIN, Joana Mattei; MOTA, Dalva Maria da; GEHLEN, Ivaldo. Dinâmicas de (re)ocupação de terras: a lógica patrimonialista e a área de influência da rodovia Belém-Brasília no Nordeste Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 33-53, 2013.

MORAES, Lucas Gabriel da Silva; SCHMITZ, Heribert. A trajetória do Movimento Sindical Rural no Nordeste Paraense do ponto de vista de seus líderes. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 1-45, jul.-dez. 2023.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: bens públicos e teoria dos grupos. Tradução de M.D.C. Guerreiro; M.L. Faria. Oeiras: Celta Editora, 1998. Original: 1965.

OSTROM, Elinor. Analyzing collective action. **Agricultural Economics (Issue Supplement)**, v. 41, p. 155-166, 2010.

REBELLO, Fabrício Khoury; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da colonização do Nordeste Paraense**: uma reflexão para o futuro da Amazônia. Belém: Edufra, 2017.

REIS, Maria Nazaré F. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, Estado do Pará**: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão. 2002. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SAWYER, Donald R. Colonização da Amazônia: migração de nordestinos para uma frente agrícola no Pará. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 10, n. 3, p. 773-812, 1979.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 201-220, 2017.

SILVA, Jessica Paloma Pinheiro; SILVA JÚNIOR, Fernando Luís Couto, FERREIRA, Bruno José dos Santos; OLIVEIRA, Luã Caldas de. Associativismo em comunidade ribeirinha no arquipélago do Marajó, Pará, Brasil. **Revista Agrária Acadêmica**, v. 2, n. 6, p. 27-38, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Histórico – SUDAM**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 16 out. 2024.

TILLY, Charles. Introduction. In: TILLY, Louise A.; TILLY, Charles (ed.). **Class conflict and collective action**. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.